



Som e Cidade: intervenções em espaços públicos com meios digitais

Ms. Luciana Santos Roça

Prof. Dr. Assoc. Marcelo Tramontano

PROPOSTA DE DEBATE

Política, Apropriação de espaços públicos e interfaces sonoras

Resumo: A pesquisa tem como proposta investigar o potencial de intervenções urbanas, principalmente sonoras, com cunho político e social, de promover formas qualitativas de apropriação de espaços públicos, e em que medida as intervenções são capazes de propiciar um *locus* de comunicação, incentivando a participação de pessoas. A pesquisa tem seu campo delimitado por intervenções relacionadas ao campo das artes, realizadas de forma intencional, sejam elas efêmeras ou permanentes, que façam uso de interfaces sonoras e que estimulem a aproximação e participação de pessoas de diferentes universos, levantando questões pertinentes aos âmbitos político e social de forma contextualizada e incentivando a apropriação do espaço público. A proposta de discussão no presente artigo é, além de discutir brevemente conceitos gerais pertinentes à pesquisa, refletir especificamente sobre o uso de interfaces sonoras em espaços públicos.

Ouvindo espaços

A pesquisa anterior, já concluída, reflete sobre as relações entre som e espaço. Estas se dão de maneira mais óbvia por fenômenos físicos, através das propriedades acústicas que influenciam o resultado sonoro; e também se dão através do papel ativo que o entorno sonoro possui na apreensão do espaço. Assim como demais elementos, tais como os visuais e hápticos por exemplo, o som é parte desta apreensão do espaço e se justapõe a outras características do

espaço, formando um todo. Como LaBelle (2006) afirma, som e espaço possuem uma relação interdependente; contudo, apesar do tema estar sendo cada vez mais discutido nos campos acadêmico e artístico, o som ainda parece ser um aspecto pouco discutido nesse contexto.

John Cage (1961, p.22-23) relata sua experiência em uma câmara anecóica de maneira poética: ao entrar em um estúdio projetado para ser “à prova de sons”, percebe dois sons constantes, um agudo e um grave. Ao denunciar a presença de sons ao engenheiro, esse diz que o agudo é referente ao sistema nervoso em atividade e o grave à circulação sanguínea. O silêncio, portanto, enquanto considerado como ausência de sons talvez exista somente na debilidade fisiológica da surdez e na morte. Tendo esse fato em consideração, o som é ubíquo, incessante; não há possibilidade de se privar o ouvido totalmente dos sons. Dadas essas características, a experiência sonora existe o tempo todo. O som é oriundo de movimentos, possui sempre alguma causa ainda que desconhecida. Além disso, em seu aspecto mais tecnológico, pode ser armazenado, reproduzido, transmitido, sintetizado por meios digitais e eletrônicos.

Tendo em consideração a clara influência de meios digitais e eletrônicos nas cidades e em seus espaços públicos, somadas a aspectos tecnológicos e sociais presentes em objetos físicos que compõem a cidade, como por exemplo meios de transporte, ou seja, a grande variedade de ações que compõe o espaço da cidade, as cidades aparecem como detentoras de entornos sonoros intensamente vívidos e dinâmicos. Ainda que parte da teoria dos Estudos de Som tenha sua validade de criticar este fator, pois a exposição sonora em alta intensidade é nociva à saúde física e psicológica, o foco da pesquisa é entender o porquê do contexto do entorno sonoro. Julga-se que o entorno sonoro é relativo a instâncias sociais, culturais, históricas, arquitetônicas, além de também poder denunciar processos de segregação, diferenças culturais e conflito.

Dessa maneira, a pesquisa procura unir tais questões pertinentes aos Estudos de Som ao campo da Arquitetura e Urbanismo, especificamente nos temas de espaços públicos das cidades e as relações de cunho sociopolítico que o som traz consigo. Portanto, trata-se de ouvir as cidades ao invés de silenciá-las, pois o silêncio denota também falta de uso, atividades e dinâmicas.

Política e cidade

Reforça-se na pesquisa a ideia de Milton Santos (2001) de que o espaço é formado por um conjunto de fixos e fluxos; ou seja, da interação interdependente de instâncias físicas, movimentos e dinâmicas. Assim, a cidade não é restrita aos seus aspectos físicos, pois é também formada por uma tensa interação entre o espaço físico, dinâmicas e ações. Nesse tecido, a política exerce papel fundamental que vai desde o regimento e regulação, até estar presente nas relações sociais diárias. No contexto desse segundo fator, o diálogo e legitimação do outro são fatores que constroem as relações políticas entre indivíduos sobre assuntos públicos.

A presente pesquisa defende uma visão da política de maneira não reducionista; ainda que trate de questões de direito e de governança, prefere-se a noção da política relacionada à comunicação, diálogo e expressão, em uma esfera que não é isenta de conflito ou exclusão, vinculada também a interesses sociais. Nisso, a cidade apresenta dualidade entre controle e resistência, manifestada de acordo com seu contexto.

Assim como Jacques Rancière (2005) afirma, o comum é um lugar de disputas e a igualdade não existe diretamente na ordem social; portanto, o conflito inicia-se quando sujeitos que não eram considerados na política rompem esta barreira e iniciam propostas de redistribuição do mundo comum já dado. O político se constrói através do discurso disperso, não somente os discursos hegemônicos; portanto, o político também tem a ver com modos de resistência e com desafio ao consenso.

A política, como definida por Rancière (2005), possui em sua base uma estética primeira relacionada com a partilha do sensível. Essa partilha trata do dividir, compartilhar o sensível comum, aqui considerado como cultura, direitos e, por que não?, a cidade com suas fragmentações culturais, sociais, territoriais e econômicas, dentre tantas outras. Posto como um comum partilhado e partes exclusivas, a partilha do sensível não se mostra igual a todos. Assim, tal partilha não é um compartilhamento por igual, como também um lugar de disputas. Sendo a política como uma organização da partilha do sensível, assim como a estética, o que efetiva a política não é somente um compartilhamento, mas também um lugar de disputa. Portanto a política possui como especificidade a dispersão, pela participação em oposições (RANCIÈRE, 2011).

Consenso geralmente é tido como algo desejável nas relações cotidianas; não entra-se em conflito, chega-se a um acordo. Porém o consenso está longe de ser político; não há negociação e sim exclusão. O consenso executa “uma redução permanente que nos apresenta uma igualdade irreduzível entre a soma total das opiniões enunciáveis e a soma total das partes da população” (RANCIÈRE, 1996, p. 379).

A essência da política constitui em “cenas de dissenso”; perturbar o arranjo dado na partilha do sensível para dar parte aos que não possuem, há disputa política. Essa disputa é responsável por trazer a política e separá-la da polícia. “Política, acima de tudo, é uma intervenção ao visível e ao dizível” (RANCIÈRE, 2011, p. 37, tradução nossa). A política, portanto, pressupõe uma deslegitimação da distribuição das posições hierárquicas entre aqueles que possuem o poder e os que o obedecem, além de uma ruptura com tal ideia de disposição (MARQUES, 2013). Dessa forma, a política trata de uma desestabilização do discurso hegemônico, também relacionado com busca por reconhecimento, da participação na partilha do sensível.

Espaços Públicos e Interfaces Sonoras

Saskia Sassen (2006) enfatiza a diferença entre espaços de acesso público e espaços públicos: o espaço público é constituído pelo seu uso, através das práticas das pessoas e intervenções arquitetônicas críticas. Não se trata de um espaço isento de conflitos, ambiguidades e dicotomias. Contudo, o “público” é uma qualidade fundamental desses espaços: trata do domínio de interesses e valores compartilhados (DEWEY, 1954 apud CASTELLS, 2008), onde ideias e projetos culturais e informacionais alimentam o debate público (CASTELLS, 2008), podendo se configurar como um meio sócio espacial de interação. Para determinadas manifestações públicas ocorrerem, os espaços devem ter sentido aos envolvidos – não se realiza uma manifestação em qualquer rua, não se ocupa qualquer praça, não somente no sentido do protesto político, como também no cotidiano. O caráter reflexivo do espaço público vem de suas dinâmicas sociais, culturais e históricas, aspectos nem sempre tão evidenciados, como também de suas condições físicas para gerar espaços de convívio, além de, claro, das ações, uso cultural e modos de vida inscritos dos habitantes da cidade. Dessa maneira, entende-se que a apropriação de espaços públicos pelas pessoas não se refere somente ao uso do espaço para lazer, descanso ou outras atividades direcionadas; refere-se também a uma

experiência coletiva de reflexão e entendimento e, no contexto da proposta do artigo, o entorno sonoro promovido por interfaces sonoras de escuta coletiva, sejam ocasionais ou intencionais, é também parte desse panorama.

Além de refletir as próprias ações que ocorrem no espaço, o som também reflete dualidades, contrastes, ciclos e ritmos. A composição entre som e espaço favorece reflexões que se interligam a um campo mais amplo de referências e experiências não necessariamente sonoras.

O alto-falante tem, com efeito, nos permitido criar um espaço acústico virtual no qual podemos projetar uma imagem de qualquer espaço acústico existente, e a existência desse espaço acústico nos apresenta novas possibilidades criativas (WISHART, 1996, p. 136, tradução nossa).

Por serem elementos essencialmente coletivos, sons possuem estreita relação com os espaços públicos. Um espaço público que se faz silencioso pode ter sido calado, ou pode exprimir uma condição de falta de uso e vida. Contudo, se a natureza sonora de um espaço público vem de seus usuários ou de ações deles, pode denotar uma riqueza de conflitos, contextos e territorialidades, seja de maneira intencional ou ocasional.

As práticas sonoras em espaços urbanos também estabelecem territórios, seja desencorajando o uso desses espaços por um grupo ou através de um grupo tomando domínio. Historicamente, os sinos de igreja delimitavam uma paróquia, assim como fábricas e escolas que utilizam apitos para delimitar um ritmo no comportamento do grupo de pessoas presentes, como o fazem até hoje. No contexto do uso de interfaces sonoras, eletrônicas ou digitais, como exemplo há o uso de música por lojas em suas entradas ou estacionamentos para encorajar consumidores ou para afastar grupos indesejados, assim como Sterne (2005) argumenta. Contudo, o uso de rádios-poste, caixas de som colocadas em postes que transmitem músicas ou uma programação de rádio comunitária, também podem delimitar uma esfera onde grupos de pessoas possuem algo em comum, aproximando-as e também atuando como um reforço.

Bibliografia

CASTELLS, Manuel. The New Public Sphere: Global Civil Society, Communication Networks, and Global Governance. **The annals of American Academy**, 616, Março 2008.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

LEFEBVRE, Henri. **The production of space**. Blackwell: Oxford, 1991.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1982.

MARQUES, Ângela Cristina Salgueiro. Três bases estéticas e comunicacionais da política: cenas de dissenso, criação do comum e modos de resistência. **Revista Contracampo**, n. 26, p. 126-145, 2013.

RANCIÈRE, Jacques. **A Partilha do Sensível**: estética e política. São Paulo: Editora 34, 2005.

_____. **Dissensus**: On politics and aesthetics. London: Continuum International Publishing Group, 2010.

_____. O Dissenso. In: NOVAES, Adauto (Org.). **A Crise da Razão**. São Paulo: Companhia das Letras; Brasília: Ministério da Cultura; Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Arte, 1996.

ROÇA, Luciana Santos. **Ouvir outros espaços**: entornos híbridos, interfaces sonoras em espaços públicos. 2014. Dissertação (Mestrado em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo) - Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2014. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/102/102132/tde-30102014-164807/>>. Acesso em 17 out. 2015.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**. São Paulo: Editora Unesp, 1996.

SASSEN, Saskia. Public Interventions: the shifting meaning of the urban condition. **Open**, no. 11, 2006.

STERNE, Jonathan. Urban Media and the politics of Sound Space. **Open**, no. 9, 2005.

WISHART, Trevor. **On sonic art**. Psychology Press, 1996.